

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PADRE JOSÉ COMBLIN EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL (1968-1972)

Adauto Guedes Neto
Doutorando em História-UFPE
E-mail: adautogn1917@gmail.com

Introdução

A partir de 1968, o Brasil vivenciou o recrudescimento da ditadura militar (1964-1985), com a instauração do Ato Institucional nº 5. Neste mesmo ano, foi divulgado para a imprensa um estudo organizado pelo padre José Comblin a pedido de Dom Hélder Câmara, sobre o documento base para a II Conferência Episcopal Latino-americana.

Atacado pelo setor conservador da Igreja Católica e políticos alinhados com a ditadura e anticomunistas em decorrência do conteúdo do referido estudo, o padre Comblin passou a ser alvo de perseguições e de vigilância permanente pelos órgãos de informação e repressão.

Téologo de vasta produção intelectual, tendo sido professor de Teologia do ITER-Recife, Universidade Católica do Chile e da Faculdade de Teologia de Lovain-la-Neuve, por isso também requisitado para ministrar vários cursos, José Comblin, belga de nascimento, mas um padre da América Latina – onde viveu desde 1958 até os últimos dias da sua vida no ano de 2011, buscou contribuir para um novo jeito de ser Igreja a partir dos pobres. Esta será a tônica da sua produção e ação, ou seja, críticas internas de uma Igreja Católica afastada da missão evangélica e da formulação de métodos de formação que melhor se relacionavam com realidades locais, tais como fizera ao experimentar a Teologia da Enxada entre 1969-1971, em Tacaimbó-PE e Salgado de São Félix-PB, mas também no Seminário Rural de Talca, no Chile, em fins dos anos 1970.

Através dos relatórios produzidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco e demais órgãos de informação e repressão como o DOPS, os Centros de Informações da Aeronáutica, do Exército e do Exterior, fontes estas dispostas digitalizadas no Arquivo Nacional, objetivamos também compreender as distorções da produção intelectual que desenvolveu, fruto do contexto político vivido no país, sobretudo a partir de narrativas destacadas na imprensa escrita que, num ambiente de ditadura a tudo se associava com a ideia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de subversão, especialmente contra os membros de seguimentos do catolicismo que tinham posicionamentos divergentes ao aparato de poder em vigor.

Estudar um padre e intelectual em tempos a ditadura militar no Brasil, é oferecer a oportunidade de conhecermos diferentes aspectos de um passado que não queremos ver retornar. A análise que apresentamos tem também o objetivo de oferecer tal contribuição, ainda mais enriquecido quando associado à relação com setores da Igreja Católica. Daí a relevância social do estudo ao propor a compreensão sobre como se coadunaram fé e política num universo conturbado pelas forças ditatoriais que tomaram o poder na América Latina e as transformações que o catolicismo viveu a partir do alto da sua hierarquia.

Dentre os autores que fundamentam o presente artigo, estão sobretudo as perspectivas de análises estruturadas por Michael (LÖWY, 2000), que figura dentre os pesquisadores da relação Igreja Católica e Política na América Latina, destacando, contudo, a importância do Cristianismo da Libertação, bem como os impactos da produção intelectual do Padre José Comblin, a partir da perspectiva discutida por Jean-François Sirinelli (IN: RÉMOND, 2003).

1. Sobre as notas do documento base para a II CELAM.

Não fosse a confiança de do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, na capacidade intelectual do padre José Comblin, certamente o mesmo não teria elaborado as suas famosas: *Notas sobre o documento base para a II CELAM*, e desta maneira, provavelmente não teria sofrido as perseguições motivadas sobretudo pela divulgação não autorizada e repercussão do mesmo, ao ponto de ter sido vigiado de perto constantemente até sua expulsão do Brasil em 1972.

Apresentaremos aqui o que constava em tal estudo para a partir do mesmo tentar compreender o universo de ideias do padre Comblin, pois conforme nos explica François Dosse, “por definição, o homem de ideias se deixa ler por suas publicações, não por seu cotidiano” (2009, p. 361), muito embora, ressaltemos que a análise em questão organizada por José Comblin, foi feita para discussão interna e não para publicação, o que nos leva a crer que se tivera sido feita com o intuito de ter publicidade, alguns termos poderiam constar ou não.

A análise feita pelo padre Comblin, como já afirmamos, à pedido de Dom Hélder Câmara, para que o mesmo levasse tal reflexão para a II Conferência dos Bispos latino-americanos em Medellín-1968, estava dividida da seguinte maneira: 1. Situação histórica latino-americana, 2.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A igreja e sua responsabilidade, 3. O problema do poder ou problema político, 4. O problema da mentalidade de desenvolvimento, 5. O problema da socialização, 6. A esperança de um futuro melhor, 7. Situação internacional e 8. Perspectivas pastorais¹.

Nele – o estudo, como podemos observar a partir das questões pontuadas descritas acima, há uma profunda análise histórica e sociológica da América Latina da qual se insere a Igreja Católica.

Comblin trata o conhecimento da realidade histórica que dar origem a América Latina como sendo primordial para o desenvolvimento social. Um lugar que desconhece suas origens culturais, que as nega, que importa suas “raízes”, só reforça um passado colonial o cristaliza entre aristocratas e escravos. Aprender com o passado e não o desconhecer, como o próprio afirmou: “reconhecer o seu passado é o começo da sabedoria. A organização social deve partir da aceitação das qualidades e dos defeitos próprios que resultam do passado”. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, 1973, p. 310).

Além do olhar externo, o documento representa fortes críticas internas ao catolicismo, como a sua ausência junto aos camponeses e às massas marginalizadas, afirma que pelo contrário, a Igreja Católica reproduz a dominação das classes dominantes, ao ser meramente assistencialista, por ser classista em seu ensino, que direcionado prioritariamente às classes altas. Diz Comblin, “a igreja realiza o milagre de ser mais tradicionalista na cultura que transmite do que as próprias classes que controlam o Estado”. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, 1973, p. 313). Sobre a estrutura eclesial destacou que:

Permanecem ainda fechadas aos leigos em muitos casos, principalmente aos leigos da classe baixa. Estes não têm expressão na Igreja. Não é de se admirar que o primeiro ato de emancipação da classe baixa seja muitas vezes o ato de desligar-se da Igreja para aderir a outra religião que reconheça a existência de leigos (seitas protestantes, africanas, ou espíritas). (Documento Comblin, IN: FLORIDI, 1973, p. 315).

Percebemos a análise sobre a participação dos leigos na Igreja Católica, umas das premissas defendidas pelos segmentos alinhados com as reformas oriundas do Concílio Vaticano II, rejeitadas por setores mais conservadores. Quando percebemos o crescimento do setor evangélico 50 anos depois do estudo de realizado por Comblin, notamos o quanto o mesmo esteve certo.

¹ Para leitura do documento na íntegra, ver: FLORIDI, Ulisse Alessio. O Radicalismo Católico Brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, p. 307-330, 1973.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O ponto máximo do documento escrito por Comblin, talvez seja aquele que mais causou repercussão, O PROBLEMA DO PODER OU PROBLEMA POLÍTICO – nele, destacou-se dois subtemas: conquista do poder e exercício do poder. Na primeira questão, Comblin afirma que as mudanças necessárias para o desenvolvimento não se dariam por dentro dos princípios que regem a democracia ocidental, mas só a força do Estado seria necessária para derrubar privilégios e aponta a conquista e o exercício do poder como questões centrais das suas reflexões, acrescentando que:

Seria errôneo pensar que a Igreja ou a moral condenam ações de força para conquistar o poder. [...] a igreja não condenou, mas aceitou a ação de força que fez a revolução de 1964 no Brasil, a tomada do poder pelo General De Gaulle na França em 1958. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, 1973, p. 317).

Acima, destaca-se a defesa do uso da força para a conquista do poder, talvez se precavendo de interpretações à esquerda, Comblin citou momentos de tomadas do poder por militares à força e os apoios que a Igreja Católica lhes deu, a exemplo do golpe de 1964. Continua tecendo críticas a Igreja Católica por ter afastado muitos cristãos da política e afirmou: “a vocação política é a mais alta. Ora, muitos acham que essa vocação é suja, e não querem sujar as mãos. Permanecem puros, mas ficam em casa. Sabe-se que o casamento é o túmulo dos revolucionários”. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, 1973, p. 318). Desta forma, o padre recomenda a participação na política já que acredita na mesma como caminho para as reformas de benefício popular que almejava e analisa a atuação da tradição católica em defender uma perspectiva que neutraliza as lutas políticas por mudanças e a participação dos cristãos.

Quando a questão parte para o exercício do poder, Comblin descreve em seu texto como o mesmo deve ser e proceder: o poder deve contar com uma força. Qual será essa força? Às vezes poderá contar com as forças armadas outras vezes é necessário dissolvê-las. Às vezes será necessário distribuir armas ao povo. (Documento Comblin, IN: FLORIDI, 1973, p. 319). A repercussão desta passagem, alimentada claro por outros pontos do documento, fizeram a imprensa que deu visibilidade às denúncias do vereador do Recife Wandenkolk, circular matérias chamando-o de subversivo², de querer implantar uma revolução na América Latina (ROCHA, Cláudio, 1968), a ponto de compará-lo ao guerrilheiro Camilo Torres³. Algumas das

² Vereador quer a substituição de Dom Hélder e a expulsão do padre Comblin. Diário de Pernambuco, Recife, 25 de junho de 1968, primeiro caderno, p. 03.

³ Comblin já comparado ao líder guerrilheiro levita Camilo Torres. Jornal do Comércio, Recife, 22/06/1968.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

matérias, reproduzem o pedido de expulsão do país do padre Comblin por membros da TFP e pelo citado vereador⁴.

Porém, houveram também matérias que reproduziram defesas do clero brasileiro em favor de Comblin, negando qualquer teor subversivo do seu texto. Como por exemplo, o padre e professor da PUC-MG, Paulo Fernandes, que afirmou em no Diário de Pernambuco: “de modo nenhum não é um discípulo de Marx, mas, à luz da Populorum Progressio, quer mudanças de estrutura e mentalidade que propiciem ao povo brasileiro e latino-americano o padrão de vida condizente com a dignidade da pessoa humana” (Diário de Pernambuco, Recife, 20/06/1968). Em reportagem no Jornal do Comércio, Monsenhor Marcelo Carvalheira, diretor do Instituto de Teologia do Recife, afirma que: “Comblin é avesso à violência, inimigo de guerrilha e pregador do princípio de fraternidade universal [...] que o trabalho de Comblin está sendo mal interpretado por pessoas desavisadas e desconhecedoras dos estudos empreendidos” (CARVALHEIRA, 1968).

Para Comblin, somente um poder que monta uma administração eficiente, que rompe com os privilégios tradicionais, poderá fazer a revolução social, empreendendo uma ação de promoção das massas. Tal análise, em meio ao contexto político que vivíamos no ano de 1968, foi suficiente para chamar a atenção dos órgãos de informação e repressão sobre Comblin, culminando na sua expulsão do Brasil em 1972.

Os primeiros registros sobre o padre Comblin entre os Centros de Informações de então são justamente no ano de 1968, após as primeiras reportagens que circularam na imprensa pernambucana após a divulgação do seu texto. Em estilo ensaísta, o conteúdo divulgado sem a permissão do autor repercutiu de tal forma, que chamou para si os olhares e a perseguição do aparato repressor de então, conforme descrevemos a seguir em trecho de informação elaborada pelo Centro de Informação do Exército a partir do IV Exército/7ª Região e circulada entre a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e o Departamento da Polícia Federal:

O padre Comblin começou a merecer a atenção dos serviços de segurança após a divulgação da crítica ao documento básico da II Conferência Geral do CELAM (Bogotá), que preparou a pedido de D. Hélder Câmara. Neste documento, prega a utilização da força, se necessário, para promover reformas na América Latina⁵.

⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 12/06/1968 e Carta da TFP a Dom Hélder classifica de subversivo estudo de padre Comblin, 26/06/1968. Movimento da Tradição pede a Hélder punição para o padre Comblin. Jornal do Comércio, Recife, 06/07/1968.

⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, sessão do DOPS, sob o Registro Geral 18209, Padre José Comblin. P. 46.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O documento que produz a informação citada, tem o carimbo de confidencial e foi emitido em 26 de março de 1970. A partir de então, a vida de Comblin passa a ser observada de perto pelos órgãos de segurança entre o momento de produção do referido documento e sua expulsão do país.

Com isso, a documentação produzida sobre o mencionado padre belga disposta no APEJE – setor DOPS-PE, trata-se de um relatório sobre as principais atividades que o mesmo participou entre 1968-1972, com os recortes de jornais e revistas contendo matérias relacionadas ao texto produzido para o II CELAM, depoimentos contra e a favor, ataques e pedidos de expulsão. Um dos ataques vem da TFP (Tradição, Família e Propriedade), segmento conservador do catolicismo brasileiro, que aqui citamos para demonstrar como o documento trouxe repercussões internas à igreja católica e sobretudo destaca tais divisões no ambiente católico de então.

Em carta direcionada a Dom Hélder e publicada pelo Diário da Noite em 25 de junho de 1968, o presidente da TFP – Plínio Correia de Oliveira, classifica como subversivo o texto elaborado por Comblin, segundo o qual há um elogio ao comunismo cubano e pregação à revolução na igreja católica. Na verdade, Comblin destaca o primeiro passo a ser dado para o desenvolvimento social, qual seja: romper com as estruturas tradicionais e elitistas que mantêm a relação colonizador x escravizado, sendo assim não trata de elogio ao comunismo cubano, mas à necessidade de um projeto de ruptura que direcione a América Latina para um ambiente socialmente justo. No contexto de ditadura no Brasil, a utilização de alguns termos como: Tribunal Revolucionário, armar a população, revolução social etc., seriam mais do que suficiente para que se direcionassem todas as armas conservadoras presentes na sociedade brasileira e no governo contra o padre.

Incomodado com a desigualdade social e miséria presentes na América Latina, Comblin defende, inclusive, uma reforma interna da igreja católica, que segundo o mesmo contribuía para a permanência daquela triste realidade. Daí entra em rota de coalização direta com os bispos e padres que se beneficiavam com tal relação espúria entre igreja e poder. Por isso, a reação rápida de membros da TFP e de tantas outras dioceses espalhadas pelo Brasil, como os bispos de Diamantina e de Campos, respectivamente Dom Geraldo de Proença Sigaud e dom Antonio de Castro Mayer, que escrevem à CNBB:

o relatório de Comblin difama os srs. Bispos, aos quais acusa de incompetência, de filhotismo, de peitar o Poder Judiciário, obtendo sentenças favoráveis, mas injustas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Apresenta-os ainda como indolentes, que presenciam a miséria do povo e em vez de minorá-las, se acumpliciam com os que sugam esses miseráveis (Diário de Pernambuco, 1968).

A denúncia parte justamente do bispo de Diamantina, conhecido por defender a ditadura militar brasileira e a tortura, que pronunciou a famosa frase “depoimentos não se conseguem com bombons”. Esta é outra questão das quais abordamos, além dos conflitos de segmentos católicos contra a ditadura, houveram os debates e conflitos católicos internos pautados pelos que defendiam mudanças e os contrários a ela. Isto fica evidente ao pronto manifesto de Dom Sigaud contra Comblin, assessor de Dom Hélder Câmara.

Por outro lado, observamos como a imprensa fez questão de repercutir passo a passo todos debates e discussões envoltos ao texto criado por Comblin. Além do mais, publicou-o sem a anuência do autor, fato que ajudou ao interessado em prejudicar a imagem de Dom Hélder e fortalecer o discurso conservador católico, que somados às questões políticas de então, culminaram com a perseguição e expulsão do padre belga, José Comblin.

Tratado como subversivo, revolucionário etc., o documento que serviria de base para o II CELAM, acabou sendo completamente distorcido pelos diferentes grupos conservadores brasileiros, os que estavam na igreja, na política, na mídia impressa, impregnados na sociedade. O texto prega sim a revolução, mas social, que trouxesse mudanças na qualidade de vida dos mais pobres, cobra autocrítica da igreja católica e reformas que a colocasse em sintonia com os que sofrem injustiças e não há nada mais bíblico do que clamar por justiça conforme as bem-aventuranças: “bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça, porque serão fartos”. (BÍBLIA, 2014, p. 1190). Portanto, nada estava em discordância com os ensinamentos cristãos.

2. Repressão e Perseguição.

Conforme já afirmamos, o estudo elaborado por Comblin, sua divulgação e repercussão, fez chamar a sua atenção para os órgãos de repressão, tais como os Centros de Informações. A partir de então, devido tal produção intelectual, os serviços de informações estiveram sobre vigília constante ao padre.

A ditadura brasileira (1964-1985), criou uma rede de informações aparelhada que desse suporte às investigações em todos os espaços do território brasileiro. Para isso, aparelhou órgãos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

já existentes e os fortaleceu com a participação das Forças Armadas, a partir de seus Centros de Informações.

Na esfera estadual, a Secretaria de Segurança Pública através do DOPS e DOICODI, eram responsáveis em colher informações das delegacias de polícia nos municípios, tais informações eram remetidas ao Centro de Informações da Polícia Federal que acompanhavam o trabalho das Secretarias de Segurança Pública. Dependendo de cada caso, as informações tinha destinos específicos ou para mais de um Centro de Informação, sendo eles: O Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, o Centro de Informações do Exército - CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica – CISA, Centro de Informações do Exterior – CIEX, e as DSI dos Ministérios.

As informações sobre os "subversivos" acolhidos nos referidos centros eram repassados para o Serviço Nacional de Informações - SNI, órgão que estava abaixo apenas da presidência. Estava assim organizada, a comunidade de informações no Brasil, conforme nos explica Paulo César Gomes: "Denomina-se comunidade de informações o conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar" (2014, p. 98). De tal forma, as informações circulavam entre os órgãos, sendo grande parte delas produzidas sobre Comblin pela Polícia Federal, Centro de Informações da Aeronáutica e pelo Centro de Informações do Exterior, esse último diretamente ligado às investigações sobre o padre, já que o mesmo era estrangeiro, e também pela Secretaria de Segurança Pública através do DOPS, que acompanhava denúncias contra José Comblin publicadas em jornais de Pernambuco, produziam relatórios sobre sua atuação e estavam em constante processo de vigília sobre o mesmo.

A Secretaria de Segurança Pública, através do DOPS, produziu um dossiê sobre os antecedentes do padre Comblin, a partir de 1968, iniciando com denúncias que o mesmo tinha recebido do vereador Wandenkolk de pregar revolução, trazendo inclusive matéria do Jornal de Comércio, que elaborou reportagem sobre o ocorrido, seguido de relatório passo a passo, com defesas de Dom Hélder, Ação Católica e outros, além de novas acusações que circularam no mencionado jornal.

Podemos perceber que, a maneira como foram criados os relatórios, a intenção era clara, a culpabilidade do padre. Outro documento que chamou nossa atenção pelo olhar diário e meticuloso, foi a produção de um histórico de informações que acompanhava e vigiava cada passo pelo padre José Comblin. Tais registros aparecem informando com data retroativa desde

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a sua chegada ao Brasil em 1958, conforme pudemos analisar através de histórico criado pela Polícia Federal, finalizado no ano de sua expulsão, em 1972.

Uma das últimas informações que constam no referido histórico, é um encontro entre Comblin e o bispo de Crateús Dom Fragoso, este último também constantemente vigiado pela ditadura em detrimento das suas posições sociais e por pertencer a ala progressista católica no Brasil.

Talvez a preocupação da repressão se explique no contato entre José Comblin e o bispo de Crateús, Dom Fragoso, com base num relatório do Centro de Informações da Polícia Federal, que apontava para a preocupação da organização das massas por grupos da ala progressista católica, no intuito de promover uma revolução socialista de caráter marxista. Conforme aponta Gomes, analisando o teor do relatório produzido pelo CI/DPF:

O local que havia sofrido maior influência dessas ideias era a região Nordeste, onde, segundo o mesmo órgão, bispos como dom Hélder, dom José Lamartine Soares e dom Fragoso estariam "manipulando" um grande número de padres, com o intuito de promover "campanhas antipatrióticas, subversivas e nefastas aos interesses do país (2014, p. 125).

Percebemos que a partir de 1969, atuando com base no Ato Institucional nº 5, e sobretudo para conter o posicionamento do clero católico que se tornou mais crítico e combativo devido os desrespeitos aos direitos humanos, as relações oficiais pacíficas entre o Regime Militar e a Igreja Católica começaram a se romper. Por isso, grande parte das informações contidas sobre bispos e padres da ala progressista, intensificam-se no início da década de 1970.

Desta maneira, isso nos faz pensar num outro contexto que se formava e que acabou contribuindo para a expulsão do padre José Comblin do Brasil no ano de 1972, mas também não podemos dissociar por completo das suas produções intelectuais, especialmente das *Notas sobre o documento base da II CELAM*, uma vez que foi a partir de então, que o padre passou a merecer a atenção dos Centros de Informações da ditadura e ser vigiado constantemente.

Mesmo que o pretexto para a expulsão de Comblin tenha sido as trocas de correspondências que mantinham com um bispo considerado pela ditadura subversivo, além das expressões que ali continham, associadas ao marxismo, comunismo ou subversão, é importantes destacar que o início dos anos 1970 foi marcado pela expulsão de mais de uma dezena de padres considerados persona non grata pela ditadura.

Referências Bibliográficas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Livros:

DOSSE, François. **A Biografia Intelectual**. In: O Desafio Biográfico: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FLORIDI, Ulisse Alessio. **O Radicalismo Católico Brasileiro**: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Editora Hora Presente, 1973.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MUGGLER, Monica Maria. **Padre José Comblin**: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais**. In: RÉMOND, René. Por Uma História Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Jornais:

ROCHA, Cláudio. Padre Comblin prega Revolução na América Latina. **O Cruzeiro**, 29/06/1968.

Padre ao lado de Comblin: documento não é subversivo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20/06/1968.

CARVALHEIRA, Marcelo. Monsenhor Carvalheira defende padre belga que Wandenkolk acusa. **Jornal do Comércio**, Recife, 12/06/1968.

Carta de Dom Hélder da TFP classifica de subversivo o estudo de padre Comblin. **Diário da Noite**, 25/06/1968.

Arcebispo combate estudo de Comblin. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04/07/1968.